MARXISMO É HUMANISMO: AS PERSPECTIVAS MARXISTAS DE MARCUSE ACERCA DO SOCIALISMO

Eixo: Espírito e letra da obra de Marx

John Karley de Sousa Aquino¹

Resumo

O marxismo, desde o final do século XIX e durante um bom período do século XX foi considerado como uma teoria científica que explicava as ações humanas, mediante os interesses econômicos, isto é, era do marxismo a tese de que a economia determinava toda a realidade humana. Existia também a ideia da duplicidade de Marx; ou seja, por um lado, um jovem filósofo, humanista e hegeliano, e por outro, um cientista maduro e economista, que, libertando-se de seu idealismo, torna-se livre de julgamentos 'ideológicos', interessando-se assim, apenas nos 'fatos concretos'. O presente artigo propõe apresentar às contribuições de Herbert Marcuse a teoria marxista, bem como sua compreensão do marxismo como humanismo e sua recusa como economicista e determinista. Podemos concluir que, todo trabalho econômico de Marx é parte do seu audacioso projeto de emancipação humana.

Palavras-chave: Marcuse, Marxismo, Humanismo.

MARXISMO ES HUMANISMO: LAS PERSPECTIVAS MARXISTAS DE MARCUSE ACERCA DEL SOCIALISMO

Resumen

El marxismo, desde finales del siglo XIX y durante un buen período del siglo XX fue considerado como una teoría científica que explicaba las acciones humanas por intereses económicos, es decir, el marxismo era la tesis de que la economía determinaba toda la realidad humana. También existía la doble idea acerca de Marx; es decir, en primer lugar, un joven filósofo, humanista y hegeliano, y por otro, un científico maduro y economista, que, liberándose de su idealismo, se libera de las sentencias "ideológicas", interesándose apenas por los 'hechos concretos'. En este artículo se propone presentar los aportes de Herbert Marcuse y la teoría marxista, así como su comprensión del marxismo como el humanismo y su negativa como economicista y determinista. Podemos concluir que todo el trabajo económico de Marx es parte de su audaz proyecto de la emancipación humana.

Palabras clave: Marcuse, Marxismo, Humanismo.

¹ Gp Marcuse e GP Dialética e Teoria Crítica; Bolsista PIBID/UECE

Introdução

“O verdadeiro conceito diretor no qual a história do homem é explicitada é a ação transformadora”

Herbert Marcuse

A afirmação errônea de que o socialismo seria uma teoria que reduziria o homem enquanto tal há uma consequência das condições econômicas é tão equivocado quanto à tese de que, na *crítica* da economia política o objetivo seria um trabalho científico rigoroso de desvelamento das leis econômicas e sociais que regulariam a realidade humana e daí seu entendimento e utilização planejada. Reduzir o socialismo a essas teses positivistas e mecanicistas é empobrecer um fértil trabalho teórico-prático desenvolvido por Marx.

Concordamos com a afirmação de Lênin de que “um erro ‘sem importância’ à primeira vista pode acarretar as mais deploráveis consequências” (LÊNIN, pág. 19, 1978), e pensamos que foram os preconceitos teóricos de determinadas correntes marxistas que contribuíram para o naufrágio do movimento comunista e sua posterior pobreza teórica e seu *espontaneismo*, consequência: desprezo pela teoria. Por isso não é inválida, mas pelo contrário se mostra atual, a velha afirmação de que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (LÊNIN, pág. 18, 1978). A partir disso nos propomos apresentar as contribuições teóricas do filósofo marxista Herbert Marcuse (1898-1979).

O **objetivo geral** deste artigo é demonstrar a partir dos comentários de Marcuse, que o marxismo não é apenas uma teoria econômica ou sociológica, mas uma *crítica* da economia política, e que nessa *crítica* está o fundamento filosófico do marxismo que se propõe ser uma teoria *crítica* e *radical* e que tem como objetivo a emancipação humana, e que as alterações econômicas e sociais necessárias não são um fim em si, mas um meio para o fim da pré-história e início da história humana, isto é, nosso objetivo é em uma palavra: demonstrar que marxismo é humanismo e não há um Marx ideólogo humanista e um Marx cientista.

O artigo tem como justificativa a urgente necessidade de releitura das obras marxistas e não sua superação, como se o marxismo fosse ultrapassado, mas pelo contrário nos justificamos com a importância que o materialismo histórico possui para dar conta do real.

O artigo concluirá que em Marx nunca ocorreu um corte epistemológico, mas que pelo contrário o objetivo de Marx sempre foi à emancipação humana.

Sobre o stalinismo e o que o marxismo não o é

Entre 1951 e 1952 houve uma discussão sobre a publicação referente a um manual de economia política pelo PCUS a qual Stalin entrevistou diretamente e daí foi organizada e publicada a obra do mesmo, intitulada *Problemas econômicos do socialismo na URSS*. Essa obra é um conjunto de correções teóricas de Stalin para o projeto do referido manual, a qual Stalin entendeu as correções como necessárias para a maior clareza e as indica como ‘observações’.

Essa obra possui um valor teórico relevante para que possamos aqui desenvolver uma crítica ao marxismo vulgar e a toda perspectiva pseudo-marxista que toma Marx como um economicista ou determinista. Essa obra é central, pois contém em geral todas as teses de Marx como um cientista econômico e que não consegue desvincular-se de um marxismo vulgar, que toma as leis expostas por Marx em sua crítica da economia política, como leis necessárias que regem os fenômenos econômicos, tal como as leis da física regem os fenômenos físicos, o que para Marcuse (sendo fiel a letra de Marx) é ‘comunismo grosseiro’ com viés positivista. Demoraremos na abordagem dessa obra para nos referirmos ao que Marx *não é*, seu valor é unicamente negativo e acusatório para nós.

Stalin inicia suas observações advertindo que é um equívoco de ‘alguns camaradas’ que acreditam que um Estado socialista é capaz de abolir as leis econômicas e *criar* novas leis econômicas referentes ao socialismo. Para Stalin não só estão errados os mesmos, como as leis que Marx compreendeu não são leis unicamente do capitalismo, mas leis objetivas que regulam a realidade econômica tanto no capitalismo quanto no socialismo, sendo a diferença de um sistema para outro a utilização que o Estado faz dessas leis, se um uso burguês ou um uso socialista. Portanto, a validade das leis econômicas é o mesmo que a das leis que regulam os fenômenos naturais. Para Stalin (como um bom marxista vulgar)

O marxismo concebe as leis da ciência – quer se trate das leis das ciências naturais, quer das leis da economia política – como o reflexo de processos objetivos, que se realizam independente da vontade dos homens. Os homens podem descobrir estas leis, conhece-las, estuda-las, leva-las em conta nas suas ações, utilizá-las no interesse da sociedade, mas não podem modificá-las, nem aboli-las. E menos ainda podem formar ou criar novas leis da ciência. (STALIN, pág. 05, 1953).

Segundo Stalin nas ciências naturais o homem compreende os fenômenos naturais e não os altera, mas os usa em benefício próprio, para Stalin toda ciência possui o mesmo fim

que as ciências naturais, e o que há de grande na obra de Marx é ter feito da economia política uma ciência e como ciência cabe à economia política compreender e utilizar, é isso que é a ciência na perspectiva de Stalin: compreensão e utilização. E como a economia política é uma ciência (pois assim compreendia o marxismo mecanicista) o que os socialistas devem fazer é usar de forma planejada as leis objetivas que regem os fenômenos econômicos de forma a contribuir para o bem da sociedade em geral. Em Stalin não é um objetivo (como o é em Marx) abolir a economia, mas regulá-la. A tentativa de intervenção no sentido de alterar uma lei da natureza é catastrófica, e segundo Stalin,

a mesma coisa é preciso dizer a respeito das leis do desenvolvimento econômico, das leis da economia política – quer se trate do período capitalista, quer do período do socialismo. *Aqui, da mesma forma que nas ciências naturais, as leis do desenvolvimento econômico são as leis objetivas, que refletem os processos do desenvolvimento econômico, que se realizam independentemente da vontade dos homens* (grifo nosso). Os homens podem descobrir essas leis, conhece-las e, baseando-se nelas, utilizá-las no interesse da sociedade dos homens, dar outro rumo às ações destrutivas de algumas leis, limitar sua esfera de ação, dar livre espaço a outras novas leis que abrem caminho para adiante, mas não podem destruí-las ou criar novas leis econômicas. (STALIN, pág. 06, 1953).

A diferença entre as leis naturais e as leis sociais é que as primeiras são eternas e as outras são históricas, assim, mudam-se as circunstâncias, mudam-se as leis sociais, “mas essas leis não são destruídas, perdem sim sua validade, em consequência de novas condições econômicas e saem de cena para dar lugar a novas leis, que não se criam por vontade dos homens, pois surgem à base de novas condições econômicas” (STALIN, pág. 06, 1953).

Stalin apoia-se na autoridade dos textos sintéticos do velho Engels (principalmente *Anti-Duhring* e *Dialética da Natureza*), Engels esse que segundo sua interpretação de Hegel (segundo Marcuse uma interpretação bastante duvidosa), compreende liberdade como ‘necessidade compreendida’², ou consciente, quando os homens deixam de sofrer as consequências das leis econômicas, devido não serem seus proprietários e ao desapropriarem os burgueses tornam-se responsáveis pela intervenção na realidade econômica, isto é,

² Cito aqui literalmente o que Engels declara sobre liberdade e necessidade em Hegel, “Foi Hegel o primeiro que soube expor de um modo exato as relações entre a liberdade e a necessidade. Para ele, a liberdade não é outra coisa senão a convicção da necessidade. A necessidade somente é cega enquanto não compreendida, A liberdade não reside, pois, numa sonhada independência em relação às leis naturais, mas na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins. Isto é verdade não somente para as leis da natureza exterior, mas também para as leis que presidem a existência corporal e espiritual do homem: duas espécies de leis que podemos distinguir, quando muito, em nosso pensamento. mas que, na realidade, são absolutamente inseparáveis.” Engels, *O anti-Duhring, O Senhor Eugen Dühring Revolucionaria a Ciência*; parte I, Filosofia, Moral e Direito, capítulo XI: liberdade e Necessidade, in: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>.

compreendem e utilizam, “isso significa que os homens, conhecendo as leis objetivas (‘necessidade’), aplicá-las-ão com plena consciência no interesse da sociedade” (STALIN, pág. 07, 1953).

Stalin citando Engels e apelando para sua autoridade pretende ‘refutar’ os que pensam que no socialismo haverá a abolição das leis econômicas (os ‘marxista humanistas’), “como se vê, a formula de Engels não fala de nenhum modo em favor daqueles que pensam que no socialismo é possível abolir as leis econômicas existentes e criar outras novas. Ao contrário, ela exige não a abolição, mas o conhecimento das leis econômicas e sua sábia aplicação” (STALIN, pág. 07, 1953).

Socialismo para Stalin é uma ciência social e não filosofia (é ciência e não ‘humanismo’) e por isso socialismo seria a compreensão das leis sociais e utilização visando o interesse dos trabalhadores, daí a consequência prática a partir dessas premissas teóricas: a economia não é abolida, mas planificada. Stalin explícita de forma clara sua perspectiva de ‘socialismo científico’, que não abole o domínio das coisas sobre os homens, apenas altera essa dominação, cito: “é preciso dominá-la, é preciso aprender a aplica-la com pleno conhecimento da causa, é preciso traçar planos que reflitam plenamente as exigências dessa lei” (STALIN, pág. 08, 1953).

Stalin é em realidade um economicista, tais como os eram os marxistas da II Internacional, e como marxista vulgar Stalin considera que a economia é uma realidade (em jargão hegeliano) em-si-e-para-si, nos diz Stalin, reforçando nossas acusações,

“Assim, as leis da economia política no socialismo são leis objetivas, que refletem a regularidade dos processos da vida econômica, que se realizam independentemente da nossa vontade. Negar essa tese é negar, na essência, a obra da ciência, e negar a ciência é negar a possibilidade de qualquer previsão, e por conseguinte, é negar a possibilidade de dirigir a vida econômica” (STALIN, pág. 09, 1953).

O que para o legítimo marxismo é inconcebível, para o stalinismo e marxismo vulgar é justamente o desejável. Stalin explícita de forma clara sua perspectiva de “socialismo científico”, que não abole o domínio das coisas sobre os homens, apenas altera essa dominação.

Breves considerações sobre o positivismo e crítica a autoridade dos fatos

O comum apelo a autoridade dos fatos e a imparcialidade diante dos fenômenos sociais podem parecer em um primeiro momento uma postura científica e objetiva, livre de

preconceitos e de qualquer julgamento de valor, e portanto a desejável postura adequada de um cientista social ou qualquer pesquisador das ciências humanas. Porém, essa aparência de cientificidade falseia o essencial do problema posto desde o final de século XIX para as ciências humanas em geral, a saber, a questão do método. É nessa consideração que iremos nos demorar por alguns instantes, porém sem nos determos em uma discussão acerca da questão em si, isto é, do método em ciências humanas, mas apenas o de uma abordagem que tentou responder essa questão e que a nosso ver conseguiu contaminar alguns teóricos marxistas, que ao verem o marxismo enquanto ciência exata, uma economia, causou um prejuízo danoso à abordagem dialética do fenômeno humano, reduzindo o concreto pensado da teoria marxista ao ‘fato’ empírico, como se, a concretude que Marx se referia fosse o fato social, e não o *processo social*, o que são dois conceitos distintos. Trataremos rapidamente acerca do positivismo. Iniciemos essa questão para clarear um pouco nossa tese de que marxismo é humanismo, e não cientificismo.

O positivismo possui três características essenciais e uma perspectiva que possua essas características possivelmente será positivista ou aparentada. São características positivistas, de forma bastante resumida, (1) a crença de que a realidade social é regulada por leis objetivas e eternas como na realidade natural, (2) a metodologia científica para compreender a natureza é adequada para compreender a realidade social e (3) como nas ciências naturais, as ciências naturais devem ser isentas de julgamento de valor. Michel Lowy, assim nos diz sobre o positivismo, cito:

A sua hipótese fundamental é de que a sociedade humana é regulada por leis que tem todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade ou do movimento da terra em torno do sol: pode-se até procurar criar uma situação que bloqueia a lei da gravidade, mas isso se faz partindo que essa lei é totalmente objetiva, independente da vontade da ação humana. Deste modo, a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante a da natureza, uma espécie de harmonia natural. (LOWY, pág. 38, 2006).

Marcuse assim descreve o objetivo do positivismo:

“Esperava-se que ela (i.e. Filosofia positiva) ensinasse os homens a *considerar e a estudar os fenômenos do seu mundo como objetos neutros, governados por leis universalmente válidas (...)* Hegel tinha considerado a sociedade e estado como o trabalho histórico do homem, e os tinha interpretado sob o aspecto da liberdade, opondo-se a isso, a filosofia positiva *estudava as realidades sociais segundo os modelos da natureza e sob o*

aspecto da necessidade objetiva (grifos nossos). (MARCUSE, pág. 298, 1978)

Augusto Comte, conhecido positivista e fundador da sociologia, irá denominar sua ciência social de física social e considerará seu método um “método exato”, isto é, bastariam passar para as ciências sociais o método da física (ciência exata por excelência) e a partir da análise dos fatos generalizarem as repetições, identidades e semelhanças e formular leis sociais que nos dariam a possibilidade de prever a regularidade dos fenômenos sociais, “isso significa que os fenômenos sociais são submetidos a leis naturais invariáveis” (LOWY, pág. 42, 2006). O que acontece e acontece com regularidade, é por isso verdadeiro, uma lei social o rege, e não permite a *diferença*, apenas a *identidade*, como a desigualdade social, fato social observável em todas as sociedades humanas onde há classes sociais, e não há evidências empíricas de sociedade que não haja o contrário, logo, a desigualdade social é uma lei social indiscutível, *contra fatos não há argumentos*.

A partir do positivismo a função contestadora que a ciência havia adquirido na modernidade com a ascensão da burguesia, com o advento da burguesia como classe dominante e reacionária a ciência passou a ser usada como instrumento, eliminando em vastos campos de pesquisa a dimensão crítica do saber, “não houve mais crítica na ciência. Em conclusão, o positivismo veio a facilitar a sujeição do pensamento a qualquer coisa que existisse e que manifestasse o poder de durar na experiência” (MARCUSE, pág. 298, 1978).

A maioria dos marxistas da II Internacional foram, uns mais outros menos, *marxistas grosseiros*, que compreendiam as leis econômicas do Capital como leis exatas descobertas por Marx e que os *prognósticos* de Marx acerca da crise estrutural do capitalismo e seu colapso seriam um fenômeno inevitável decorrente das próprias leis econômicas, isto é, o advento do socialismo seria um fenômeno natural, inteiramente objetivo e

Nas duas primeiras décadas do Século XX, difundiu-se entre os socialistas a ideia - falsa – de que, segundo Marx, os "fatores econômicos" provocavam, de maneira mais ou menos automática, a evolução da sociedade (sem que os homens - sujeitos do efetivo movimento da história tivessem um espaço significativo para tomarem suas iniciativas). Essa concepção facilitava a infiltração de tendências políticas oportunistas no movimento socialista: quem não enxerga nada que dependa da sua ação tende facilmente a instalar-se na passividade (tende a contemplar a história, em vez de fazê-la). (KONDER, pág.64, 2008).

O teórico marxista da segunda internacional que exerceu grande influência em uma geração de Marxistas e esteve envolvido em calorosas polêmicas, Karl Kautsky (1854-1938), foi um ‘marxista positivista’. Kautsky no fim do século XIX entrou em polêmica com outro

‘marxista’ social-democrata, Eduard Bernstein(1850-1932), que exigia uma revisão da doutrina marxista e criticava seu *determinismo* e afirmava que a escatologia marxista do fim do capitalismo não havia se confirmado e que por isso a teoria devia ser revisada. Kautsky aparece como o defensor da ortodoxia marxista contra qualquer revisão e a maioria dos marxistas lhe acompanham, porém sua defesa do marxismo foi tão ruim quanto uma revisão. Pois “Kautsky também não era um autêntico dialético: ele confundia a dialética com o evolucionismo e às vezes se mostrava muito mais um discípulo de Darwin do que um discípulo de Marx (e tendia a considerara história da humanidade uma mera parte da história global da natureza)” (KONDER, pág. 65, 2008).

O materialismo vulgar ou grosseiro, como denomina Marcuse, reduziu Marx há um sociólogo ou economista, com preocupação unicamente científica pelas ‘coisas’ e livre da filosofia, entendida como ideologia, cujo um exemplo histórico que causou mais prejuízo ao movimento socialista que Kautsky foi Joseph Stalin e sua simplificação da dialética há um método instrumental, puramente formal, que tinha como conteúdo os fatos sociais, ignorando as mediações (negações) que poderiam permitir entender esses fatos imediatos como resultados de um processo. A busca da concretude dos fatos levava a supervalorização da aparente objetividade da realidade imediata e

“nas coisas que Stálin dizia ou escrevia apareciam, volta e meia, o advérbio "objetivamente" e o adjetivo "objetivo" (ou "objetiva"), precisamente porque ele não encarava dialeticamente a questão do papel da subjetividade na história e tendia a identificar (de modo positivista) "subjetivo" com "arbitrário" e "objetivo" com ‘científico’.”(KONDER, pág. 72, 2008).

Diferente do positivismo é a postura dialética do marxismo, postura essa devedora da sua herança hegeliana (sempre desprezada pelos mecanicistas). Para o dialético tudo foi produzido por um sujeito, no caso o sujeito humano, e foram alteradas ou destruídas por esse próprio sujeito, consciente ou inconscientemente, por isso, a dialética é fundamentalmente uma compreensão do ser como liberdade. Por exemplo,

“para Marx aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produtos da ação humana, portanto podem ser transformada por essa ação. Não são leis eternas e absolutas ou naturais, são leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário” (LOWY, pág. 15, 2006).

Ao compreender o ser como liberdade, podemos concluir que o que o sujeito fez, o sujeito pode desfazer ou alterar, essa é a miúdos o fenômeno histórico, inteiramente diverso do fenômeno natural das ciências exatas.

Feitas as devidas observações acerca da metodologia positivista e quão distante a mesma é de uma abordagem marxista dialética, e como o marxismo é o oposto do determinismo cientificista, iremos agora apresentar a contribuição de Marcuse ao marxismo e sua compreensão do marxismo como humanismo.

Crítica da economia política e humanismo marxista em Marcuse

Segundo Marcuse a publicação dos *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844*, de Marx, foi um evento fundamental para a teoria marxista, pois lança nova luz sobre o ‘socialismo científico’, possibilitando compreender Marx não como um economicista ou sociólogo, mas como um teórico crítico comprometido com a promessa humanista, e o que para Marcuse é essencial, “uma colocação mais frutífera e de melhores perspectivas da questão da relação real entre Marx e Hegel” (MARCUSE, pág. 09, 1972). Os manuscritos são textos filosóficos, fragmentários, que fundamentam uma crítica da economia política e uma teoria da revolução, não é um trabalho de explicação da realidade, mas de compreensão e transformação, ”com efeito, trata-se aqui, é bom dizê-lo desde já, de uma crítica e fundamentação da economia política no sentido de uma teoria da revolução” (MARCUSE, pág. 09, 1972).

A preocupação econômica de Marx, segundo Marcuse, não é uma preocupação econômica como a dos clássicos que tinham como centro de suas reflexões a descoberta das leis essenciais que regeriam os fenômenos econômicos, mas a compreensão das leis econômicas para denunciar a origem dessas leis e possibilitar uma forma de superação da sociedade regida por essas leis, por isso Marx não desenvolve uma economia política *stricto sensu*, mas uma *crítica* (é na crítica que está o fundamento filosófico de Marx) da economia política, e

“no interior mesmo dessa categoria, a ideia de economia política é inteiramente transformada. Ela se transforma em uma ciência das condições da revolução comunista. E essa revolução significa – acima e além toda transformação econômica – uma revolução de toda a história do homem e daí de toda determinação de sua essência” (MARCUSE, pág. 12, 1972)

Segundo Marcuse a economia política como disciplina científica específica, tem como objeto as leis econômicas que regulam a realidade econômica, tal como as leis naturais regulam a realidade natural, e é por ser essa ciência com esse objeto específico que a economia política é uma ciência *desumana*, no sentido que seu objeto de estudo é a realidade humana reificada além de todo controle e planejamento humano. A racionalidade e regularidade das leis econômicas são o testemunho da irracionalidade humana que cria uma realidade que se torna totalmente estranha a ele, volta-se contra ele e o domina, “objeto de análise a economia política é como justificação ou ocultamento de uma ‘alienação’ e ‘desvalorização’ totais da realidade humana, como ocorre na sociedade capitalista – como uma ciência que toma como seu objeto o homem como não ser(*unwesen*)” (MARCUSE, pág. 12, 1972).

A economia política tem como objeto de análise a realidade alienada da essência humana, alienação que é o estranhamento do homem em relação à realidade que o mesmo desenvolveu com o seu trabalho e de realização humana a sociedade tornar-se ‘desrealização’ (*entwirklichung*) do homem, com leis próprias e autônomas, uma verdadeira coisa (*res*), como um objeto físico regido por suas próprias leis disponíveis a observação do observador, “a cujas leis aparentemente inalteráveis o próprio homem está submetido” (MARCUSE, pág. 13, 1972). Alienação, exteriorização e reificação (*Verdinglichung*) são conceitos filosóficos desenvolvidos na filosofia hegeliana que Marx se apropria para compreender a sociedade capitalista. Essas categorias não são categorias da economia política, mas da crítica (por isso categorias filosóficas) da economia política.

A centralidade na teoria marxista, e os manuscritos provam isso, é o conceito de *trabalho*. Em Marx há a centralidade do trabalho, não como categoria econômica, nem somente filosófica, mas histórica e *ontológica*, pois é a partir da compreensão do conceito de trabalho que se desdobram todas as demais categorias e conceitos da teoria marxistas, exteriorização, objetivação, liberdade, necessidade, alienação, reificação, etc, “o conceito de trabalho, portanto, em seu desenvolvimento rompe o âmbito delineado pela colocação do problema; sob este conceito prossegue a discussão que então, descobre um novo ‘fato’ que se transforma em base da ciência da revolução comunista” (MARCUSE, pág. 14, 1972).

O trabalho em Marx não é apenas um fato econômico, como o é na economia, mas é uma realidade muito mais ampla e todas as demais categorias decorrem deste conceito, por exemplo, “quando examinamos mais detidamente a caracterização do trabalho exteriorizado,

revela-se algo curioso: o que é salientado por ela não é apenas uma situação econômica e sim uma alienação do homem, uma desvalorização do homem, uma libertação e perda da realidade humana” (MARCUSE, pág. 14, 1972).

A economia política tem como objeto a realidade humana reificada, por isso trata do desumano (*unmensch*), enquanto a crítica da economia política é uma crítica radical³, pois vai à raiz das coisas, e a raiz das coisas é o homem, que está oculto na ciência econômica, que trata da realidade reificada,

“exatamente porque a economia política burguesa não tem em mente a essência do homem e sua história, não sendo, portanto no sentido rigoroso da expressão, uma ‘ciência do homem’ e sim uma ciência de monstros (*unmensch*) e de um universo inumano de coisas e mercadorias, exatamente por isso é preciso que ela seja reformulada inteiramente pela crítica; de fato, ela não se apercebe em momento algum de seu verdadeiro objeto, o homem” (MARCUSE, pág. 15, 1972).

Segundo Marcuse a teoria marxista põe como condição necessária para o advento do comunismo a abolição da propriedade privada, porém é necessária uma abolição ‘positiva’⁴, pois pode ocorrer da revolução desembocar no ‘comunismo vulgar’. O comunismo vulgar nega o fundamento filosófico e esquece o objetivo do fim da alienação, o que é essencial, e põe como fim da revolução apenas a abolição da propriedade privada e o aumento da produção para ampliar a riqueza econômica, por sua vez a abolição do trabalho assalariado, meta de Marx, é negado e põe como fim a universalização do trabalho assalariado, como única forma de trabalho, confundindo o fim o socialismo como a sociedade de assalariados, o que é o extremo oposto de Marx, “porque ele tampouco se situa na realidade da essência humana, porque se move apenas no terreno econômico do universo de coisas e mercadorias, porque permanece dentro da alienação”(MARCUSE, pág. 16, 1972).

Quando Marx analisa e discute sobre a situação econômica dos homens, não tem como meta apenas o entendimento e catalogação das leis econômicas, esse objetivo é o

³ “ser radical significa agarrar a questão pela raiz. Mas a raiz é, para o ser humano, o próprio ser humano.” (MARX, pág. 44, 2010).

⁴ “O comunismo como superação *positiva da propriedade privada*, enquanto *auto-alienação do homem*, e por isso como apropriação efetiva da essência humana através do homem. E para ele; por isso um retorno do homem a si enquanto homem *social*, isto é, humano, retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente.” (MARX, pág. 08, 1978).

objetivo da economia clássica. O trabalho teórico de Marx é uma crítica, e como Marcuse bem nos alerta, crítica refere à fundamentação filosófica e conseqüentemente a preocupação marxista é uma preocupação com o *ser* do homem, pois a filosofia desde os seus primórdios tem como problemática a questão do ser. O ser do homem é trabalho segundo Marx, portanto a forma como se realiza o trabalho diz respeito às condições existenciais e essenciais do homem, por isso podemos afirmar que a preocupação de Marx não é unicamente econômica, mas filosófico-prática.

A economia é importante para compreendermos a condição do homem enquanto coisa, e é por isso que Marx se demora e faz todo seu trabalho econômico: a economia é a melhor forma de compreender a alienação humana, mas não a essência humana, essa tarefa cabe à crítica, “a exteriorização e a alienação atingem, além da esfera das relações econômicas, a essência e a realidade do homem ‘como homem’, e somente por este motivo é que a perda do objeto do trabalho tem um significado tão importante” (MARCUSE, pág. 17, 1972).

Para Marcuse devido Marx ser um teórico crítico, quando Marx discute sobre o trabalho como fundamento do humano, como ser do homem e como princípio da realidade, a abordagem de Marx não é somente econômica (Marx não se limita a um trabalho indutivo dos fatos), mas uma abordagem filosófica, pois trata do ser do homem do trabalho como categoria ontológica, “isso igualmente significa que o trabalho é compreendido como categoria filosófica” (MARCUSE, pág. 19, 1972). Marcuse em 1932 já afirmava: o ser do homem é o trabalho, a resposta filosófica ao ‘o que é que é?’ relacionada ao *ser social* é: o trabalho. O fundamento do ser social é trabalho e o trabalho segundo Marcuse a partir da abordagem marxista dessa categoria na *Fenomenologia do Espírito é liberdade* (ontológico). “apesar do que ficou dito, evitaríamos o termo *tão mal empregado* (grifo nosso) de ontologia em relação à teoria marxista se ele não tivesse sido utilizado expressamente pelo próprio Marx nesse contexto” (MARCUSE, pág. 19, 1972).

O trabalho exteriorizado é a forma alienada, portanto falsa, do trabalho como realização do homem, o trabalho verdadeiro (ontológico). Quando Marx fala sobre o trabalho exteriorizado ele o está *acusando*, é a forma em que o trabalho não-é, e como não ser, desrealiza o homem, pois seu ser é trabalho e a conseqüência é a *desumanização*, “as determinações positivas do trabalho em Marx são quase todas dadas como contra conceitos do

trabalho exteriorizado, mas o caráter ontológico desse conceito é claramente expresso nelas” (MARCUSE, pág. 19, 1972).

O que faz do trabalho categoria ontológica? Segundo Marcuse (1) o trabalho objetiva o homem (sujeito) e põe-se o objeto (o trabalho e o trabalhado); (2) o trabalho produz (objetiva) e reproduz (repete e amplia) o homem, isto é, é *autoprodução* do homem; (3) é o que distingue o homem dos outros animais; e (4) é determinação universal e necessária, isto é, a humanidade necessita trabalhar e sempre trabalhará, só mudam as formas que se dá o trabalho. O trabalho como categoria ontológica é uma fértil discussão e acerto de contas de Marx com Hegel, pois em Hegel o trabalho também é ontológico (segundo a *Fenomenologia do Espírito*).⁵

O trabalho realiza o ser do homem e faz do homem (sujeito) um ser objetivo, e com seu ser objetivo pode relacionar-se: o homem e a realidade humana ou *sujeito e objeto*. O trabalho permite ao homem ser-em-si- e -para-si e é apenas quando é em-si- e -para-si que o homem realmente é homem, e ao observar e compreender a realidade por ele desenvolvida (realizada, produzida) o homem conhece a si mesmo, pois o objeto é idêntico ao sujeito, porque um advém do outro e vice-versa, o homem torna-se ser universal mediante o trabalho, “nesta atividade, o homem se mostra como é segundo seu ‘gênero’ (gattung), como ser humano em contraposição com o ser animal, vegetal ou inorgânico. O trabalho assim concebido é a ‘afirmação essencial’ especificamente humana: nele se realiza e se ‘confirma’ o ser humano” (MARCUSE, pág. 21, 1972).

Essa abordagem ontológica do trabalho contribui para afastarmos do marxismo o aspecto economicista e determinista que ainda existe acerca dessa teoria, por isso que para Marcuse “desse modo uma caracterização muito geral e inicial do conceito marxista de trabalho já leva longe da esfera econômica a um terreno em que o ser humano em sua totalidade é o centro da pesquisa” (MARCUSE, pág. 21, 1972). Ora, se o trabalho é o ser do homem logo uma abordagem acerca dessa categoria não se reduz a uma perspectiva

⁵ “na realidade o conceito fundamental da crítica marxista, o conceito de trabalho exteriorizado surge na discussão da categoria hegeliana de objetivação, que é desenvolvida pela primeira vez em relação ao conceito de trabalho na *Fenomenologia do Espírito*. Os manuscritos econômicos-filosóficos fornecem a prova direta de que a teoria marxista tem suas raízes no centro da problemática filosófica de Hegel” (MARCUSE, pág. 20, 1972).

econômica, mas ontológica, por isso filosófica, pois marxismo é crítica da economia política⁶⁷.

Em Marx o trabalho é categoria fundante e o ser do homem e toda teoria marxista gira em torno do trabalho, com isso queremos dizer que em Marx o que há é a centralidade do trabalho, mas o trabalho não como *fato* econômico, mas como a *essência* humana, portanto quando Marx discursa sobre o trabalho discursa sobre o que o ‘é’ (o seu ser), e daí podemos concluir que o referencial de toda teoria e problemática marxista é a raiz de tudo, e a raiz e tudo é o homem enquanto tal, consequência: marxismo é humanismo, “Marx se refere várias vezes ao comunismo positivo que leva à superação da alienação e coisificação, ‘humanismo’, indicação terminológica de que para ele a ‘base’ é uma determinada realização da essência humana” (MARCUSE, pág. 21, 1972).

Se em Marx a centralidade de sua teoria centra-se no trabalho, como nos diz Marcuse, e os *Manuscritos* confirmam assim como suas demais obras, portanto em Marx a centralidade é do humano, pois qual é o ser cuja sua condição ontológica é o trabalho? Para o marxismo é o ser humano. Portanto teorizar sobre o trabalho é teorizar sobre o ser homem.

Conclusão

Celso Frederico afirma que ao nos deparamos com a obra de Marx desde a juventude até a maturidade, nos encontramos diante de um desenvolvimento, desdobramento de um pensamento único onde a superação é simultaneamente ruptura e continuidade, “estamos, portanto, diante da evolução de um pensamento e não de dois autores estranhos entre si – o jovem Marx e o Marx da maturidade, o filósofo humanista e o cientista rigoroso”

⁶ Façamos aqui uma rápida referência a Lukács que também compreendeu o significado filosófico dos *Manuscritos econômicos filosóficos* e também, como Marcuse, compreendeu que a investigação econômica e trabalho econômico de Marx não se reduzem a uma mera preocupação economicista, mas dizem respeito ao ser do homem, isto é, as categorias econômicas são formas alienadas do ser do homem, cito: “Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos Econômico- Filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não em último lugar, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de que a economia seja o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo”. (Isso surge apenas em seus epígonos, que perderam toda noção do método filosófico de Marx; um fato que contribuiu bastante para desorientar e comprometer o marxismo no plano filosófico.) O decurso filosófico que leva Marx ao materialismo culmina nessa virada no sentido da economia;” (grifo nosso) (LUKÁCS, pág. 14-15, 1979)

(FREDERICO, pág. 27, 2010). Não há em Marx, segundo as teses de Marcuse um duplo Marx ou um corte epistemológico. O filósofo e historiador da ciência Gaston Bachelard (1884-1962) afirmava em sua teoria que entre a alquimia e a química há uma diferença que faz com que uma seja ciência e a outra não seja, pelo contrário, seja ‘metafísica’. Lavoisier teria iniciado a ciência da química, portanto antes dele não haveria ciência, mas alquimia (não-ciência). Na alquimia haveria dedução e idealismo, que explicava as substâncias químicas a partir de ideias, somente com Lavoisier teria passado a haver indução e ciência, pois as substâncias químicas passaram a ser explicadas a partir das observações dos fatos químicos e formuladas leis gerais para estes fatos, com um método rigoroso de experimentação, evidência e testes, “a este momento Bachelard chama de corte epistemológico, quando termina a ideologia e começa a ciência” (LOWY, pág. 115, 2006). Louis Althusser (1918-1990), teórico francês filiado ao PC Francês, irá *aplicar* essa teoria a Marx e aos economistas e filósofos *burgueses*. Entre a economia política e a filosofia burguesa e a crítica da economia política haveria acontecido um corte epistemológico da ideologia à ciência, assim como na própria obra de Marx haveria o Marx da juventude (ideólogo humanista) e o Marx maduro (cientista). Para Marcuse essa tese é um equívoco e uma abstração. Assim como não se pode abstrair uma coisa do seu contexto sem deformá-la, isto é, retirar a parte do todo, tal não se pode fazer com a obra teórica de um grande filósofo e humanista como Marx, tal como revela a centralidade do trabalho como ser do homem. Desde o princípio toda preocupação econômica de Marx é parte do seu audacioso projeto de emancipação humana.

Referências bibliográficas

ENGELS, Friedrich. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap11.htm> acesso em: 03 de junho de 2014.

FREDERICO, Celso. **Nas Trilhas da Emancipação**. In.: Marx, Karl. **Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução**. Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KENDER, Leandro. **O que é Dialética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LÊNIN, Vladimir I. **Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista**, 17ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Editoras Ciências humanas, 1979.

MARCUSE, Herbert. **Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico.** In.: *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade.* Tradução de Fausto Guimarães, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

_____. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social.** Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos (terceiro manuscrito),** In.: *Coleção os Pensadores: Karl Marx.* Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução.** Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STALIN, Joseph. **Problemas econômicos do socialismo na URSS.** Rio de Janeiro: Editora Vitória 1953.